

Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Marã, Amazonas.

Edna Ferreira Alencar (Universidade Federal do Pará)
Sandra Pereira Palheta (Universidade Federal do Pará)
Isabel Soares de Sousa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM)

1. Introdução

A mobilização das mulheres pescadoras a nível nacional que ocorreu a partir dos anos 1990 teve como propósito influenciar as ações do Estado na elaboração de políticas públicas voltadas para o setor da pesca artesanal que incluíssem questões relacionadas às especificidades de gênero. Ao mesmo tempo, denunciar as dificuldades que encontravam para ter acesso às políticas sociais e previdenciárias direcionadas à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais, e questionar a distribuição de poder político nas instituições que representam a categoria, como as Colônias, as Associações e os Sindicatos. Apesar de ser garantido em lei o direito de se associarem, elas encontravam dificuldades para incluir questões de gênero nas pautas dessas instituições, e para ocupar cargos de direção, o que pode ser comprovado pela discreta presença de mulheres em cargos de direção.

A inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas e nos programas governamentais para o setor pesqueiro artesanal, como a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009/Presidência da República, conhecida como a Lei da Pesca, e o acesso ao Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA)¹, permitiu que novos atores, como as mulheres pescadoras, passassem a integrar a agenda governamental (Farah, 2004), e provocaram mudanças nas ações do Estado. Considerando-se que uma política pública diz respeito ao processo em que a agência de diferentes sujeitos conduz a uma “ação do Estado, orientada por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses” (Farah, 2004 p. 47), a mobilização das pescadoras em busca da equidade de gênero nas políticas voltadas ao setor pesqueiro artesanal, contribuiu para dar visibilidade ao trabalho que elas executam nesta esfera da produção. Ao mesmo tempo, visava corrigir desigualdades históricas existentes nessas políticas, tanto aquelas

¹ Também conhecido como Seguro Defeso do Pescador Artesanal, é um benefício que o Governo Federal concede aos pescadores e pescadoras artesanais, como profissionais da pesca, durante o período em que ocorre a paralisação da pesca visando a preservação de algumas espécies consideradas como vulneráveis, cuja lista varia de região para região, no período reprodutivo. O tempo pode variar de três a quatro meses, e o valor a receber por cada pescador/a corresponde a um salário mínimo por mês durante todo o período de suspensão da pesca.

relacionadas à regulação do acesso e gestão dos recursos pesqueiros, quanto às políticas de seguridade social e previdenciária.

Contudo, as recentes propostas de mudança na legislação para esse setor, como as Medidas Provisórias 664 e 665 e Decretos Presidência 8.424/2015 e 8425/2015 que, dentre outras providências, alteram a definição do conceito de pesca e de pescador artesanal, e a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, e a mudança da Secretaria da Pesca para o Ministério da Agricultura, ameaçam algumas conquistas alcançadas pela categoria dos pescadores e pescadoras artesanais, e reforçam uma longa história de invisibilidade e desvalorização do trabalho das pescadoras². As novas Medidas e Decretos, caso sejam sancionados, excluirão muitas mulheres da categoria de pescadora profissional artesanal, pois não consideram as atividades de costurar velas de canoa, beneficiar o pescado, confeccionar os materiais de pesca - redes ou armadilhas para captura de marisco – como parte da cadeia produtiva da pesca artesanal. O Decreto 8425/2015 classifica tais atividades como sendo de “apoio” à pesca e, com isso, reforça a invisibilidade das pescadoras perante o Estado, com prejuízos para o processo de afirmação da sua identidade de trabalhadora, e seu reconhecimento como sujeito de direitos. Ou seja, reforça as dificuldades de acessar direitos sociais e previdenciários como a aposentadoria, o salário maternidade, aos programas de transferência de renda e políticas compensatórias como o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA).

A partir do exposto, pretende-se neste artigo elaborar uma breve análise sobre o trabalho e o lugar das mulheres numa instituição de representação dos pescadores, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-32, do município de Maraã, estado do Amazonas, que desenvolve ações de gestão de recursos pesqueiros, como a pesca manejada do pirarucu. O objetivo é mostrar as estratégias usadas pelas mulheres para introduzir o debate sobre questões de gênero, participar do projeto de manejo de pirarucu e ter acesso aos benefícios gerados com a comercialização da produção. Para isso, elabora-se uma breve contextualização do processo de organização política e de participação das pescadoras em ações de gestão de recursos pesqueiros, destacando-se as particularidades e a maneira como os homens reagem a uma agência das mulheres. O principal fato etnográfico é a criação do coletivo Grupo de Mulheres em Ação (GMA),

² Ao longo dos anos as mudanças que ocorreram nas políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal acarretaram vários prejuízos aos pescadores, dentre os quais cita-se a invalidação dos registros de pescadores que prejudicam a contagem do tempo de atividade, afetando diretamente o processo de pedido de aposentadoria, com a mudança nos órgãos que gerenciaram o setor pesqueiro - a SUDEPE (Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca), o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), o MAPA (Ministério da Pesca e Aquicultura).

como estratégia para redefinir o lugar das pescadoras na pesca manejada, e no espaço da Colônia Z-32. O artigo procura mostrar como, nesse processo, as mulheres estão construindo sua identidade de pescadora ao incluir nas pautas de discussões temas relacionados à sua participação no projeto de manejo de pirarucu, e aos problemas de gestão política da Colônia Z-32.

Algumas categorias analíticas foram utilizadas para analisar os discursos e as ações das pescadoras e dos demais sócios da Colônia Z-32, tais como gênero, poder, identidade, participação e reconhecimento. Os dados foram coletados por meio de pesquisas desenvolvidas entre os anos 2010 e 2014 (Alencar e Sousa 2014; Palheta, 2014)³, que utilizou a observação direta, a participação em reuniões, a realização de entrevistas formais e informais com lideranças femininas do GMA, e lideranças masculinas da Colônia de Pescadores Z-32. Esse conjunto de estratégias de coleta de dados permitiu realizar uma etnografia que se aproxima dos pressupostos elaborados por Malinowski (1989) quando preconiza que o etnógrafo deve participar do fluxo contínuo da vida cotidiana do grupo estudado, evitando questões específicas que desviem a atenção dos eventos; ao mesmo tempo, não se deve limitar a atenção a partes específicas das cenas (Eriksen, 2007, p. 56).

O texto está estruturado da seguinte forma: i) no primeiro momento discute-se sobre a presença das mulheres no espaço produtivo da pesca artesanal e os desafios para seu reconhecimento como trabalhadora e como sujeito político de direitos; ii) em seguida, o processo de organização das pescadoras e a luta pelo reconhecimento da categoria das pescadoras, e sobre as políticas públicas na área de seguridade social e previdenciária que contemplem essa categoria; iii) elaboramos um breve contextualização da presença de mulheres na pesca artesanal na região amazônica, a partir de dados da SEAP-MPA; e iv) num recorte local, elaboramos um breve histórico do processo de organização das pescadoras no interior da Colônia de Pescadores Z-32, e a ocupação de espaço para garantir a participação política e representação, quando questionam decisões que prejudicam sua participação no projeto de manejo e a criação

³ O projeto Gênero, Pesca e Trabalho: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am. O outro projeto tem como objetivo analisar o processo de construção da agência política das mulheres dentro da Colônia Z-32, através da criação do Grupo Mulheres em Ação (Palheta, 2014) Ao mesmo tempo, procura analisar as relações de gênero, e a divisão sexual do trabalho no contexto do projeto de manejo de pirarucu.

do Grupo de Mulheres em Ação, doravante GMA, e seu papel no processo de identificação das pescadoras

2. O lugar das mulheres no espaço da produção pesqueira: questões centrais

Na literatura etnográfica produzida até as últimas décadas do século XX, como resultado de estudos realizados em comunidades pesqueiras situadas em diferentes contextos sociais e ambientais do Brasil, o termo pesca é usado para referir às atividades que ocorrem no espaço aquático – no mar, nos rios ou lagos, realizadas pelos homens. Essa definição de pesca serviu de suporte para a construção de uma identidade social, a do homem como pescador, e estabeleceu assimetrias em relação a importância do trabalho realizado por homens e mulheres na cadeia produtiva da pesca, contribuiu para a invisibilidade de mulheres na pesca artesanal, e criou vários impedimentos para que fossem reconhecidas como trabalhadoras do setor pesqueiro artesanal. Contudo, sabe-se que as atividades desenvolvidas por mulheres e crianças em terra, nas áreas de praias e de mangues, como a mariscagem - a catação de mariscos e crustáceos, por exemplo -, o beneficiamento do pescado, a confecção e os reparos de materiais de pesca fazem parte da cadeia produtiva da pesca. Sua execução exige o domínio de um conhecimento – saberes e práticas - sobre o ambiente, a direção dos ventos, das chuvas, os tempos das marés e das vazantes; técnicas de captura; o comportamento das espécies, das fases reprodutivas, e tempos de floração das plantas dentre outros (Alencar 2014).

Estudos realizados a partir dos anos 1990 começaram a questionar alguns pressupostos epistemológicos sobre a forma como de organização do trabalho na pesca e a participação de homens, mulheres e crianças nesta atividade, considerando a existência de uma cadeia produtiva onde vários sujeitos realizavam atividades em tempos e espaços distintos. As pesquisas foram influenciadas pelo campo de estudos conhecido como antropologia da mulher ou estudos sobre mulher⁴, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 e sofreu forte influência do movimento feminista (Kofes 1992; Machado 1998; Bonetti 2009), e também pelos estudos de gênero. O debate que marcou a produção antropológica nesse momento exerceu forte crítica à universalização das assimetrias e a valorização de algumas atividades e seus executores no mundo da pesca artesanal, e apontou para a necessidade de se atentar às

⁴ Kofes (1992) analisa a distinção entre estudos de mulher e estudos de gênero como formando “campos epistemológicos, onde se trava o duelo, às vezes diálogo, entre distintas teorias” (1992 p. 28).

particularidades das situações sociais em que homens e mulheres se relacionam, ressaltando que enquanto categorias analíticas gênero e mulher são relacionais, e contextuais. Segundo Kofes (1992),

... as discussões sobre os estudos de gênero e sobre mulher podem também contribuir para as questões epistemológicas que a discussão contemporânea tem colocado em primeiro plano. Refiro-me à relação entre universalidade e particularidade, entre descrição e explicação, entre categorias êmicas e éticas, entre significação, normas e ação social, e a importância estrutural da diferença. (1992 p. 29).

Assim, as novas pesquisas questionaram a universalidade do lugar e da presença das mulheres nas comunidades pesqueiras e criticaram sua invisibilidade no universo do trabalho na pesca, contribuindo para reforçar o questionamento posto naquele momento para as pesquisas antropológicas de um modo geral: “como era possível construir algum conhecimento etnográfico sem as mulheres” (Bonetti, 2009 p. 107). Trabalhos como os de Alencar (1991, 1993) e Motta-Maués (1999) realizaram uma crítica pioneira, de cunho epistemológico, às várias etnografias produzidas naquele momento, e que tiveram como locus de observação comunidades pesqueiras situadas no litoral Nordeste do Brasil, apontaram para um problema, a existência de um modelo rígido de divisão sexual do trabalho no universo da pesca artesanal, que aponta para um “malentendido etnográfico” (Lévi-Strauss, 1974; Leach, 1982; Barth, 2000). Conforme destacou Alencar (1991; 1993 e 2011) a definição do termo pesca com base nos tipos de atividades e dos sujeitos que as realizavam, associada a um determinado espaço, a uma temporalidade específica, e ao gênero masculino, reforçou um modelo de organização social e divisão sexual do trabalho na pesca. Portanto, houve um desvio epistemológico, uma vez que não se considerou a existência de trânsitos e permeabilidade dos espaços onde homens e mulheres transitavam entre a terra e o mar, realizando atividades diversas como parte das estratégias adotadas na realização da pesca artesanal.

Estudos mais recentes realizados em diferentes contextos mostraram a diversidade de arranjos praticados pelas comunidades de pescadores situadas em diversos contextos sociais, econômicos e ambientais, e os vários modos como as mulheres estão inseridas no processo produtivo da pesca (Alencar 2000 e 2013; Gerber 2013; Soares 2013; Soares e Scherer, 2013; Alencar e Sousa, 2012; Leitão, 2010, 2013 e 2014; Diógenes, 2014).

A invisibilidade da presença de mulheres no espaço da produção pesqueira também estava presente nas políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro artesanal

que não apresentava uma transversalidade de gênero e, particularmente, no que se refere a sua presença e participação política no contexto das instituições de representação de pescadores e pescadoras. Neste sentido, uma abordagem de gênero no contexto da pesca e nas políticas públicas, implica em considerar a agência de homens e mulheres nos diferentes espaços, observar as estratégias e as parcerias, as equivalências ou, até mesmo, a substitutibilidade entre os sexos na realização de certas atividades, como propõe Strathern (2000) e Alencar (1991), rompendo assim com um conceito de gênero que substancializa os significados das atividades atribuídas a homens e mulheres no contexto da pesca artesanal.

Ao tomar o conceito de gênero como algo que é construído socialmente e que remete a relações sociais enquanto relações de poder, conforme proposto por Scott J. (1999) e “à uma não fixidez nem universalidade das relações entre homens e mulheres [...]”, reforça o pressuposto de que essas “relações sociosimbólicas são construídas e transformáveis” (Machado, 2000 p. 03). A partir dessa definição é possível compreender os papéis de homens e mulheres nas várias atividades que fazem parte da cadeia produtiva da pesca, e as relações de gênero que se estabelecem nesse contexto da pesca artesanal e pensar as desigualdades entre homens e mulheres enquanto desigualdade de poder.

Segundo Farah (2004) as sociedades ocidentais são marcadas por vários sistemas de desigualdades, e as relações de gênero instituídas nessas sociedades permitem identificar um padrão dominante nas identidades de gênero que “envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada” (2004, p. 48). Mas a problematização das relações de poder e das hierarquias no contexto da cadeia produtiva da pesca não deve ficar restrita ao questionamento sobre a importância do trabalho e o lugar das mulheres. Trata-se de adotar estratégias de ação que atentem para a maneira como elas estão atuando nos espaços das instituições que representam o/as pescadore/as⁵, através da representação e da participação política. Ou seja, é preciso conhecer como as pescadoras estão representadas, e as estratégias de empoderamento⁶ utilizadas para construir espaços de participação e de formas de

⁵ Vale ressaltar que a categoria ainda é pensada no masculino, e as entidades em sua maioria ainda têm sua identidade jurídica como Colônias ou Associações de Pescadores. Nesse sentido, as discussões de questões de gênero e dos caminhos para reduzir as desigualdades ainda estão restritas aos debates acadêmicos, uma vez que nessas entidades esse debate sequer foi iniciado.

⁶ O termo empoderamento se refere ao “processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia” (Kleba, 2009).

representação políticas. Esta é uma questão fundamental e necessária para que tenham condições de apresentar suas pautas de reivindicações tanto no espaço da produção pesqueira quanto das instituições de representação de pescadore(a)s, de modo a alcançar a equidade no acesso a políticas públicas e tomada de decisão.

Para compreender o lugar das mulheres na cadeia produtiva da pesca é preciso considerar as estratégias de reprodução social, os tipos de ambientes onde são realizadas as atividades e a maneira como organizam o trabalho e fazem a distribuição de tarefas. Como mostrou Alencar (1991 e 1993) o tempo de trabalho das mulheres é fragmentado e ocorre em múltiplos espaços. De acordo com análise realizada por Maneschky,

De diferentes modos, portanto, as mulheres desempenham papéis cruciais na manutenção das comunidades pesqueiras artesanais: manipulando recursos de diferentes ecossistemas, terrestres e aquáticos, gerando rendas complementares à da pesca, agregando valor a produtos locais e participando de organizações coletivas. Resta alcançar um efetivo reconhecimento social, que implicaria em sua inclusão nas políticas de desenvolvimento do setor (2000, p. 90).

Essa diversidade de situações apresentada acima influenciou o processo de organização das mulheres pescadoras em movimentos sociais, no sentido atribuído por E. Sousa-Lobo (Sousa-Lobo, 1991) e M. Gonh (2003 e 2004), em espaços formais como as Associações, Colônias e Sindicatos de Pescadores. A mobilização e organização foi uma estratégia para obter o reconhecimento de sua condição de trabalhadoras na pesca, e mudar a forma como eram vistas pelo Estado (Alencar 2011; Maneschky et. al 2012). Ao afirmar sua condição de trabalhadoras e a importância do papel que desempenham na cadeia produtiva da pesca, elas chamam a atenção para sua condição de agente atuando na vida econômica e política das comunidades pesqueiras. Também reivindicaram mudanças na legislação voltada para o setor pesqueiro artesanal, ao cobrar do Estado a criação e o acesso às políticas públicas de proteção social e previdenciária, e tratamento igualitário no contexto da cadeia produtiva da pesca. (Alencar 2011; Leitão 2014).

3. Em busca do reconhecimento: as estratégias das mulheres pescadoras para afirmar sua identidade e ter acesso a direitos

O processo de empoderamento das pescadoras ocorreu com a articulação de uma ampla rede de apoio e de discussão política, que inclui parcerias com pesquisadores, organizações da sociedade civil nacional e internacionais, e instituições de

representação dos pescadores. Dentre as principais estão o MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores)⁷ com forte atuação nos anos 1990; a CPP (Comissão Pastoral da Pesca) que mantém forte atuação junto à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais; o ICSF (Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca)⁸ com forte atuação em países em desenvolvimento.

A mobilização das pescadoras permitiu afirmar sua agência enquanto sujeito social e político e conquistar os espaços de representação política nas entidades dominadas por seus parceiros (Maneschy et al. 1995), e denunciar sua invisibilidade na cadeia produtiva da pesca perante o poder público, e em outras esferas da vida social. Um exemplo dos resultados dessa mobilização foi a mudança na legislação pesqueira com a elaboração da Lei nº 11.959/2009, conhecida como a Lei da Pesca, que ampliou o entendimento do conceito de pesca, e a inclusão de várias atividades desenvolvidas pelas mulheres como parte da cadeia produtiva da pesca, que garantiu seu reconhecimento como uma categoria de trabalhadora na pesca artesanal (Alencar 2011; Leitão 2014). A revisão do conceito de pesca forneceu as bases para reforçar sua identidade como pescadora e sua condição de sujeito político atuando nas instituições de representação da categoria.

A organização política das pescadoras é parte do processo de construção de uma identidade social, que é também política, no sentido atribuído por R. Segato (1998) e C. Briones (2007), ou seja, como um processo de construção de subjetividade, de identidade e agência. Seu posicionamento como sujeitos sociais que atuam em diferentes setores da vida social, política e econômica, e que buscam espaço para a discussão e socialização de seus problemas somente é possível ocupando um lugar de fala que permita que suas vozes sejam audíveis⁹. Ao mesmo tempo, reforça uma tese central dos movimentos de mulheres e, posteriormente, do movimento feminista, de que a distribuição do poder na sociedade está baseada nas diferenças que se constrói entre o

⁷ Movimento Nacional dos Pescadores, fundado em 1988 pelo movimento que participou da Constituinte da Pesca, e que possui representação em vários estados do Brasil. É uma entidade que atua de forma paralela à Confederação Nacional dos Pescadores (Fox e Callou, 2013).

⁸ No período 1993-1996 executou o programa “Mulheres na Pesca” (Women in Fishing) em diferentes países. Segundo Maneschy “Dentre as diretrizes do programa constavam: estudar a história do papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas contra a marginalização e examinar como as organizações de pescadores podem integrar a perspectiva de gênero em suas lutas pela sobrevivência” (2000 p. 85).

⁹ Para Briones quando se analisa políticas de identidade “Lo que sí podemos hacer es aprender de la premisa que nos muestra que identidad y diferencia son efectos de poder, para advertir que nuestro objeto de análisis debieran ser menos las identidades construidas o los procesos de construcción de identidades, que los contextos y relaciones sociales mismos donde prácticas y discursos de identidad y diferencia operan como válvulas de escape privilegiadas” (2007, p. 76).

feminino e o masculino, cuja identidade resulta de uma construção social baseada nas diferenças sexuais como destaca Scott (1999). Tais diferenças, no contexto dos anos 1980, passaram a ser analisadas no âmbito da categoria gênero¹⁰, como construção social e que remete a relações sociais (Machado 2000 e 1998; Suarez e Aguiar, 1998; Scott 1999).

Nesse sentido, L. Z. Machado (1998) afirma que a desconstrução do conceito de gênero levou a “uma ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero” por teóricas feministas nos anos 1970, e introduziu uma nova forma de abordar as relações de gênero (1998 p. 108). Em outro trabalho a autora propõe que se faça um “uso conceitual e político” do termo “relações de gênero” para entender as questões relacionadas a poder e hierarquia entre os gêneros. O termo gênero rompe com a “fixidez ou universalidade das relações entre homens e mulheres”, pois trata-se de “relações sóciosimbólicas” que são “construídas e transformáveis” (Machado, 1998 p. 03). Para essa autora, “é a primazia da desnaturalização da ideia de gênero e do entendimento que as relações de gênero são cultural e historicamente construídas que produziu a sensibilidade para buscar o **arbitrário da construção de gênero**” (1998 p. 112 – grifo da autora).

Para romper com as armadilhas criadas em muitas etnografias produzidas até os anos 1990 que enfatizaram as dicotomias das relações de gênero no contexto da pesca artesanal, e reforçaram a questão do poder do homem sobre a mulher, é preciso atentar para os sentidos locais atribuídos às categorias homem e mulher, e masculino e feminino. Atentar para o papel que fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais possuem na configuração dos diversos arranjos produtivos, e no modo como homens e mulheres exercitam essa atividade. Uma contribuição significativa para uma mudança nesse paradigma partiu das próprias pescadoras quando se organizaram para afirmar sua condição de sujeito e reivindicar o seu reconhecimento como trabalhadoras na pesca, e a equidade nas tomadas de decisão. Com isso elas contribuíram para romper modelos dicotômicos e hierárquicos de poder, e com a reprodução da dominação masculina.

Nesse sentido, pode-se considerar o processo de organização política das pescadoras como orientado para a realização de um *projeto de identidade* no sentido

¹⁰ O conceito de gênero, enquanto uma categoria analítica, passa a ser usado para questionar a construção hierárquica da relação entre homem e mulher, e para a construção das identidades feminina e masculina. Para Scott (1999) a categoria gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ao mesmo tempo em que é uma forma de significar relações de poder (Scott, 1999, p.21). A análise da autora procura enfatizar a questão da busca pela igualdade política e social que inclui o sexo, a classe e a raça, onde a discussão sobre poder é central.

atribuído por Castells (1997) uma vez que essa categoria não busca apenas contestar valores tradicionais presentes no processo de divisão social do trabalho e nas representações sobre o trabalho de homens e de mulheres na cadeia produtiva da pesca. Elas também buscam estabelecer sua autonomia através da valorização de seu papel no contexto social, construindo uma identidade própria que se sustenta tanto por oposição, quanto em complementaridade aos homens pescadores. A existência desse projeto de identidade fica evidente quando elas se articularam em torno de problemas comuns e constroem uma coletividade que permite afirmar sua identidade, onde as ações transcendem as fronteiras dos interesses comunais dos pescadores¹¹.

A partir de uma apropriação da análise de C. Briones (2007) sobre os processos de construção de identidades políticas, é possível analisar o processo vivenciado pelas pescadoras levando em consideração as especificidades dos contextos sociais, políticos, econômicos e ambientais nos quais estão inseridas. Em seu artigo, Briones chama a atenção para a importância das pesquisas etnográficas que pretendem elaborar a história de processos de construção das identidades, enfatizando que o objetivo não se reduz a “mostrar cuán construidas son, que por lograr dar cuenta de en qué tipo de contextos se activan o no ciertas marcas y qué disputas/tensiones esas marcas vehiculizan” (Briones 2007 p. 78). Portanto, ao refletir-se sobre o processo de construção da identidade de pescadoras é necessário contextualizar etnograficamente, pois somente assim é possível conhecer as particularidades das condições de trabalho e de participação política dessas mulheres.

No que se refere à participação política e representação no espaço das Colônias, Sindicatos e Associações de pescadores, o reconhecimento do direito das mulheres se associarem às colônias de pescadores ocorreu em 1978, como mostrou Veras e Leitão (2012), mas na prática não houve grandes mudanças no modo como elas são vistas pelos dirigentes dessas entidades. Apesar do reconhecimento do direito de participação e representatividade na gestão das entidades, e de algumas mulheres terem sido eleitas

¹¹ Alencar (2011) mostra que as primeiras experiências de organização coletiva das pescadoras surgiram em torno de reivindicações mais genéricas, e teve a Igreja Católica como grande articuladora das mulheres, através dos grupos de catequese ou dos clubes de mães, através da ação pastoral da CPP (Comissão Pastoral da Pesca) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que atuaram junto a comunidades de pescadores da região litorânea e das águas interiores da Amazônia, e também da FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), criando espaços para a organização das mulheres e contribuindo para o surgimento de um movimento das pescadoras. Esse processo coincide com as observações feitas por Elizabete Souza-Lobo nos anos 1990 ao afirmar que “são nos espaços dos grupos de catequese, nos clubes de mães onde são articuladas as experiências do cotidiano que constroem o coletivo e são fornecidos os instrumentos para sua interpretação” (Souza-Lobo, 1991 p. 222).

presidentes de Colônias ou de Federação de Pescadores (Maneschy 2000; Leitão 2014) a resistência a sua presença nessas entidades permanece. Somente em 1989 é que foi eleita a primeira mulher presidente de uma Colônia de pescadores em todo Brasil, Joana Rodrigues Mousinho, da Colônia Z-10 de Itapissuma, Pernambuco. Segundo Leitão, este fato político possibilitou às mulheres “o acesso a espaços de poder numa esfera da qual as profissionais da pesca artesanal estavam totalmente excluídas” (2014 p. 54).

A constituição de 1988 trouxe alguns avanços nos direitos das mulheres pescadoras, que puderem tirar o RGP¹², mas somente com a Lei da Pesca de 2009 é que o Estado reconhece, para fins de direitos, o trabalho das mulheres na cadeia produtiva da pesca. Esse reconhecimento legal de sua existência é confirmado com a Lei 10.779/2003 que define as normas para a implementação do Seguro Defeso do Pescador Artesanal – SDPA, ao qual elas passaram a ter direito, por entender que a mesma trabalha em regime de produção familiar.

Nos últimos anos ao analisarmos o processo de construção da identidade das mulheres pescadoras no Brasil, se considerarmos as ações conduzidas pela Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), por exemplo, constata-se que este coletivo tem canalizado a luta em defesa da pesca artesanal e dos direitos das mulheres pescadoras como um todo (Leitão 2014; Veras e Leitão, 2012). As reivindicações estão além do interesse de uma comunidade ou região específica, uma vez que reivindicam a solução para problemas que são comuns aos coletivos dos pescadores e pescadoras no Brasil, dentre as quais destacamos a elaboração de políticas para o setor pesqueiro, a defesa dos territórios pesqueiros (MPP 2015) e a proteção dos ambientes de trabalho situados nas zonas costeiras, lacustres, estuarinas e ribeirinhas. Contudo, cabe perguntar como estão se organizando as mulheres da região Norte, especificamente, as mulheres pescadoras do estado do Amazonas? Como elas estão participando, e de que forma, da vida política das instituições?

4. As mulheres no contexto da pesca artesanal na região Amazônica

¹² Segundo Alencar e Maia (2011) “O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi instituído inicialmente em 1967 pelo Decreto-Lei no 221, sendo o instrumento de gestão do governo onde constam os dados básicos de todos aqueles que, de forma autorizada ou permissionada, exercem atividades relacionadas com a aquicultura e a pesca no Brasil. Atualmente, a organização e manutenção do RGP estão sob a administração do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cuja competência está instituída pela Lei no 11.958, de 29 de junho de 2009. Este se configura como um cadastro da atividade pesqueira nacional, incorporando sete categorias distintas e complementares de registro: *i*) aprendiz de pesca; *ii*) pescador profissional; *iii*) armador de pesca; *iv*) embarcação pesqueira; *v*) indústria pesqueira; *vi*) aquicultor; *vii*) empresa que comercializa organismos aquáticos vivos” (2011 p. 13).

Segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP-MPA 2015), existiam no Brasil em 2012 cerca de 1.041.967 pescadores profissionais inscritos no RGP, sendo que destes 1.033.124 foram classificados como pescadores artesanais. Desse número total de pescadores profissionais, 604.955 (58,06%) eram do sexo masculino, e 437.012 (41,34%) do sexo feminino (MPA 2015 p. 03). A região que apresenta a proporção mais igualitária entre gêneros na pesca artesanal é a região Nordeste que também apresenta o maior número de mulheres, com 230.262, (22,10%), e cerca de 259.677 homens que equivale a 24,92% (MPA 2012 p. 05).

Estudo realizado por Alencar e Maia (2011), baseado em dados de 2009 do SDP, mostra que o número de pescadores da região Norte era de 214.186, sendo que deste total, 139.507 eram homens e 74.679 eram mulheres. Para a região Nordeste esse número era de um total de 319.699, sendo 195.116 homens e 124.583 mulheres. Mas os dados de 2012 indicam que o número de pescadores e pescadoras inscritos (as) aumentou para 489.940 para essa região. Como mostram Alencar e Maia (2011), as regiões Norte e Nordeste apresentam o maior percentual de pescadores artesanais, e o maior percentual de mulheres, sendo que a região Nordeste possui o maior número de registros de pescadoras no sistema do RGP (MPA). Uma explicação para essa predominância das mulheres estaria relacionada à forte presença nas atividades de mariscagem,

Esses números relativamente altos de mulheres na pesca, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, podem estar relacionados ao tipo de atividade pesqueira dessas regiões, onde predomina fortemente a pesca artesanal e especificamente a atividade de mariscagem, muito exercida pelas pescadoras, o que corrobora com Vasconcellos (2011), enquanto que nas regiões Sudeste e Sul predomina a pesca industrial e na região Centro-Oeste não existe atividade de mariscagem (Alencar e Maia, 2011 p. 16).

Como se pode observar, esse número expressivo de registro de mulheres pescadoras das regiões Norte e Nordeste nos bancos de dados do sistema do RGP é o reconhecimento do trabalho que elas realizam na pesca artesanal, e que teve mais visibilidade a partir das mudanças que ocorreram na legislação pesqueira com a Lei nº

11.959, de 29 de junho de 2009¹³ e com a lei que institui o SDPA, que estimulou a categoria a regularizar seu registro.

Na região Amazônica a pesca artesanal é uma atividade de grande relevância para a economia da região, respondendo por cerca de 87,0 % da produção de pescado (IBAMA 2007), com uma produção que se destina a abastecer os mercados regionais e internacionais, a geração de renda e de alimentos das famílias que habitam as áreas rurais e ribeirinhas dessa região. Segundo dados do sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP (MPA) de 2012 o número de pescadores da região Norte (Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Rondônia, Tocantins e Roraima) era de 383.727, e somente o estado do Amazonas era de 85.129. Dados mais recentes estimam que existam mais de 100.000 pescadores no estado do Amazonas formalmente registrados na SEAP (MPA), e associados em instituições tais como Colônias, Sindicatos e Seção Sindical de Pescadores Artesanais. Nessas instituições é predominante a presença dos homens nos cargos de direção¹⁴. Contudo, trata-se de dados que precisam ser atualizados para mostrar a realidade das pescadoras do estado do Amazonas, de forma a comparar com os dados apresentados no estudo de Alencar e Maia (2011).

Ao fazer a revisão da literatura sobre pesca na Amazônia observamos o número reduzido de pesquisas sobre o trabalho das mulheres e as relações de gênero no contexto da pesca artesanal, como também, para a escassez de políticas públicas voltadas para garantir as condições de reprodução social e valorização do trabalho das mulheres pescadoras. No Brasil as mulheres desempenham um papel determinante na atividade pesqueira artesanal realizando trabalhos ligados à captura e a pós-captura, e atividades de mariscagem, como a pesca do camarão, a extração do caranguejo etc. Nesse sentido, a inclusão da pesca desenvolvida pelas mulheres, as diferentes formas de captura, e também os tipos das espécies alvos, permite compreender a diversidade e a totalidade da produção pesqueira, e também o número de trabalhadores e trabalhadoras na pesca, para fins de estatísticas pesqueiras.

Segundo Alencar (2013 e 2014) a falta de informações sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres pescadoras é mais acentuada no contexto das águas

¹³ A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e os dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

¹⁴ Segundo informações pessoais de dirigente sindical do estado do Amazonas, existem cerca de 10 mulheres presidentes de colônia, num universo de mais de 40 entidades (Alencar 2015/caderno de campo).

interiores da região amazônica, o que aponta para a necessidade de se desenvolver pesquisas que gerem informações sobre o trabalho das mulheres na atividade pesqueira, assim como para o papel que desempenham no desenvolvimento econômico e social, como já destacado por Alencar (1997).

Na região do médio rio Solimões, estado do Amazonas, as mulheres que vivem no meio rural desenvolvem diversas atividades tais como a pesca, a agricultura e o extrativismo de sementes e recursos não madeireiros, e dominam um conhecimento sobre o ambiente que lhes permite explorar esses recursos. Contudo, a pesca cotidiana ou sazonal que elas realizam, seja para o consumo familiar ou para o mercado, não é contabilizada nas estatísticas de produção pesqueira, contribuindo para sua invisibilidade do ponto de vista social e econômico (Alencar 2013).

Trata-se de um problema que não está restrito à realidade brasileira, ou dessa região particular da Amazônia. Segundo estudo sobre a pesca costeira no Canadá realizado por Kleiber e colaboradoras (2014), embora tenha havido o crescimento do reconhecimento que as mulheres pescam, ainda é preciso tornar mais relevante e significativo as análises de gênero sobre as atividades da pesca artesanal:

“While gender approaches go beyond the study of women, the overall lack of data on women and women’s fishing practices often means that there is insufficient baseline data or potential for comparative analysis [...] Even with growing recognition that women do fish, there remains an imperative to engage in more meaningful and relevant gender analysis to improve socio-ecological approaches to fisheries research and management” (2014 p. 02).

A falta de informações sobre os tipos de arranjos produtivos e a diversidade de atividades que as mulheres realizam impede seu reconhecimento enquanto trabalhadoras na pesca, e dificulta o processo de autoidentificação. Na região do Médio Solimões pesquisas mostram que embora elas atuem frequentemente em atividades ligadas a cadeia produtiva da pesca, na hora de se associar a uma entidade como as Colônias ou Sindicatos, a tendência é buscar os sindicatos rurais. Os dirigentes dessas instituições conservam um viés de gênero que tende a reforçar a invisibilidade das mulheres na pesca, e não estimulam o associativismo, como mostrou a pesquisa realizada por Antônio Diógenes (2014), com mulheres pescadoras de camarão do município de Parintins, estado do Amazonas. Elas realizam a pesca cotidianamente, mas encontram resistência das próprias lideranças da Colônia para registra-las nessa entidade como marisqueiras. Essa negação da identidade causa sérios prejuízos às pescadoras, que não podem ter acesso a documentos que comprovam o exercício da profissão perante o

Estado. Com isso, são impedidas de ter acesso ao RGP, a SDPA, a aposentadoria, dentre outros benefícios.

Diante dessa condição de invisibilidade, e por não possuírem um sistema de comunicação eficiente que lhes forneça as informações necessárias, essas mulheres que tem na atividade pesqueira sua principal fonte de renda, tendem a associar-se a outras instituições, se apresentando como agricultoras. Logo, não sendo formalmente reconhecidas como pescadoras pelo Estado, terão dificuldades para acessar seus direitos, e serem incluídas nas políticas públicas voltadas para a categoria dos pescadores e pescadoras artesanais.

De acordo com a análise feita por Rosário Leitão (2014) a existência desse conflito de identidade das pescadoras, estaria relacionada, em parte, ao

... fato do seu reconhecimento como profissional da pesca ser recente. As mulheres pescadoras vivenciaram, durante várias décadas, a invisibilidade, a precarização do trabalho e a exclusão de direitos sociais. Até o ano de 1978 as mulheres não estavam legalizadas profissionalmente nas Colônias de Pescadores, considerando que as entidades de classe eram controladas pela Marinha de Guerra. Neste contexto as pescadoras eram invisíveis na instituição que representava tão somente os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca (2014 p. 42).

Portanto, trata-se de um desafio que se apresenta a estas profissionais, de reverter um processo histórico de negação e invisibilidade de sua identidade de pescadora, pois estas mulheres acostumaram a se ver como o reverso daquilo que o homem afirma ser. Trata-se de um campo de embate político onde termos classificatórios são utilizados para incluir ou excluir determinados segmentos da sociedade nas políticas públicas de seguridade social. Como parte da vida social (Durkheim, 2000), esses termos estão vinculados a processos sociais complexos, resultam de ações e lutas políticas conduzidas por diferentes agentes sociais vinculados a instituições do Estado, como o Ministério da Pesca e Aquicultura, de representação dos pescadores artesanais como as Colônias, Associações, Sindicatos ou entidades de apoio aos pescadores artesanais como a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), o Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP), dentre outras.

As mudanças recentes na legislação pesqueira que foram propostas pelo governo federal através do Decreto 8425, que trata dos critérios para aquisição do RGP, muda a definição do termo pesca e, em decorrência, de pescador artesanal ao criar o termo *pescador exclusivo*. Ou seja, é considerado pescador apenas aquele que depende exclusivamente da pesca para sua reprodução social, e a pesca como uma atividade que

estaria restrita à captura do pescado. Com isso, são excluídos da categoria pescador aqueles que historicamente sempre combinaram a pesca com outras atividades tradicionais como agricultura de pequena escala, o extrativismo de produtos diversos. Para o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, “esse ponto desconsidera pescadores/as artesanais que exercem outras atividades tradicionais, como a agricultura e o artesanato, e que essas fazem parte de um modo de ser específico e que fortalecem a atividade da pesca”¹⁵. Considerando-se que a pesca é uma atividade sazonal, pois depende dos ciclos reprodutivos das espécies alvos e da sazonalidade do próprio ambiente, como ocorre nas áreas de várzea da região amazônica (Alencar 2002; Alencar 2014), para muitas famílias que residem nas áreas rurais, como da região amazônica, a combinação de várias atividades para garantir sua reprodução social levou a criação de alguns termos para classificá-las, tais como pescadores polivalentes (Furtado 1992), pescadores ribeirinhos (Esterci 2004) ou policultores (Neves e Garcia 2009)¹⁶.

O Decreto 8425 também cria a categoria do trabalhador e trabalhadora de “apoio” à pesca artesanal¹⁷, prejudicando, sobretudo as mulheres que estão em maior número no exercício destas atividades. Ao excluir do termo pesca atividades vinculadas à atividade de captura, e também a produção familiar tradicional, desenvolvidas por mulheres e crianças. Reforçando o histórico estigma sobre o trabalho feminino na atividade é subsidiário do trabalho masculino, portanto, não é considerado como pesca. Na organização social da pesca nas comunidades pesqueiras elas participam de várias etapas, como a captura, o conserto de redes e apetrechos de pesca, o processamento do pescado. Estas foram excluídas da categoria pesca e passaram a ser classificadas como trabalho de apoio à pesca. Para o Movimento das Pescadoras e dos Pescadores (MPP) essa mudança “impede o trabalho, o direito à identidade das pescadoras artesanais que fazem o beneficiamento e a confecção dos apetrechos da pesca, retiram seus direitos e

¹⁵ Trechos retirados da Carta de repúdio do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2015/06/carta-aberta-contr-o-decreto-8425.html>

¹⁶ O termo genérico pescador artesanal esconde a diversidade de situações sociais, políticas, ambientais e econômicas dentro das quais esses sujeitos se situam. A reclassificação desses sujeitos, em diferentes contextos e arranjos produtivos resulta numa miríade de termos classificatórios, como mostra Esterci em estudo realizado na região do médio rio Solimões “*pescadores de fora, pescadores profissionais, pescadores comerciais, pescadores artesanais [...]* pescadores predadores, pescadores itinerantes” dentre outros (Esterci, 2002 p. 52). Grifos da autora.

¹⁷ Pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal.

criam precedentes para a negação de direitos trabalhistas e previdenciários conquistados” (MPP 2015).

A seguir descreve-se brevemente o processo de organização e participação política de mulheres pescadoras no contexto da Colônia Z-32 de Maraã, através do Grupo de Mulheres em Ação, a partir das ações ligadas a projeto de manejo de recursos pesqueiros. As atividades que realizam nesse projeto pressupõem seu reconhecimento como pescadora, e a realização de várias atividades que lhes permitem ter acesso à divisão dos ganhos de forma equitativa aos homens. Contudo, o novo decreto 8425 pode trazer repercussões negativas, uma vez que se trata de uma espécie que possui legislação específica, e cujo período de defeso dura seis meses (Amaral et al. 2013; Queiroz e Sardinha 1999).

5. A organização política das mulheres da Colônia Z-32: a criação do Grupo de Mulheres em Ação.

A primeira experiência de organização coletiva dos pescadores e pescadoras artesanais do município de Maraã ocorreu com a criação da Associação de Pescadores de Maraã, em 1998, como estratégia para dar encaminhamento a projetos de manejo de recursos pesqueiros, tendo apenas 16 homens como sócios. Em 2002 a instituição alterou sua natureza jurídica para Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã (Palheta 2015), e iniciou um projeto de manejo de recursos pesqueiros em lagos situados dentro da RDS Mamirauá, com assessoria técnica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) voltado para o manejo de pirarucu¹⁸ (*Arapaima gigas*) e de outras espécies como o tambaqui (*Colossoma macropomum*).

A participação das mulheres no projeto de manejo de pirarucu ocorre apenas no ano de 2004, porque havia forte resistência da parte dos homens em inclui-las nas diversas atividades relacionadas ao projeto. Este fato levou um grupo de mulheres a se organizar para incluir suas reivindicações nas pautas das assembleias que eram realizadas para tratar das ações de manejo. Assim, em 14 de abril de 2008 foi criado o

¹⁸ A pesca dessa espécie é proibida em todo o estado do Amazonas, sendo permitida apenas em situações onde haja o manejo acompanhado por instituição reconhecida pelo IBAMA. Por não ser o tema central deste artigo, apenas gostaríamos de destacar que a pesca manejada de pirarucus é uma atividade que envolve cerca de 560 pescadores(as) da Z-32, e a quota de captura anual corresponde a aproximadamente 30% dos animais adultos existentes nos sistemas de lagos. Em 2011 o volume da produção representou cerca de 60% de toda a quota de peixe manejado que foi autorizada pelos órgãos ambientais do estado do Amazonas (Amaral et. al. 2011).

Grupo de Mulheres em Ação (GMA), que se tornou um importante instrumento para as pescadoras atuarem no espaço da Colônia Z-32, majoritariamente dominada pelos homens ocupando cargos de direção.

A atuação dessas mulheres dentro da Z-32 para reivindicar seus direitos e equidade de gênero no projeto de manejo de pirarucu, foi vista por seus companheiros com certa reserva, fato este que denuncia o modo como eles situam o trabalho e o lugar das mulheres nesse projeto que compreende um conjunto de atividades que ocorrem ao longo do ano. As mulheres procuram participar de todas elas, exceto na atividade de contagem dos pirarucus nos lagos para estimar o estoque e assim definir a quantidade de peixes que serão autorizados para captura¹⁹. Elas participam das equipes que realizam a vigilância dos lagos da área em regime de manejo, para evitar que outras pessoas façam pesca ilegal; das assembleias para discutir o andamento das atividades do projeto de manejo e tomar providências; das atividades que envolvem a captura dos peixes nos lagos, e do monitoramento que diz respeito à coleta de dados sobre os peixes (peso, tamanho, sexo, dados reprodutivos etc). Além disso, elas se envolvem em outras atividades como a construção e manutenção das bases de apoio, as casas flutuantes, que ficam próximas aos lagos e são utilizadas pelos pescadores durante as atividades do manejo; e procuram sempre participar com os demais sócios/as na execução de serviços relacionados à Z-32.

Nas primeiras assembleias em que foram discutidas a organização e a distribuição das atividades da pesca de pirarucus, e as compensações pela execução de cada uma delas, os homens não se mostraram solidários com as mulheres quando o assunto foi a distribuição dos benefícios. Alguns exemplos ilustram essa situação.

O primeiro deles ocorreu durante uma assembleia dos sócios do projeto de manejo, conhecido como Acordo de Pesca do Lago Preto, convocada para discutir as regras de divisão de quotas de peixes para os/as manejadoras/es²⁰. Para alguns homens, as mulheres deveriam receber uma cota diferenciada, inferior àquela que eles

¹⁹ Esta atividade é realizada por pescadores experientes, que possuem um grande conhecimento sobre o ambiente e o comportamento dos pirarucus, e que foram submetidos ao curso de capacitação em metodologia de contagem de pirarucus. O pescador precisa diferenciar um pirarucu do outro e estimar seu tamanho, quando estes vêm à superfície respirar. As mulheres raramente se inscrevem nesses cursos.

²⁰ De acordo com Instrução Normativa do IBAMA N.º34 /2004 somente podem ser capturados até 30% dos animais adultos existentes nos lagos onde estão sendo realizadas as atividades de manejo. O coletivo de manejadores/as, do qual não fazem parte todos/as os sócios/as da Colônia, mas apenas uma parte deles/as, precisa definir regras para que todos recebam o equivalente ao seu desempenho na realização das atividades que ocorrem durante o ano, e terminam com a pesca e a venda do peixe. Para as mulheres, o desafio estava em convencer os homens a compensarem suas ausências de atividades nos lagos quando estas fossem impedidas, por vários motivos tais com gravidez, parto, doenças de filhos dentre outras.

receberiam, alegando que elas não participavam dos trabalhos mais difíceis de serem realizados, como a contagem e a captura dos peixes nos lagos, ou a vigilância dos ambientes contra invasores. Esta posição gerou inquietação e indignação de várias mulheres que não receberam o devido apoio dos próprios companheiros para suas demandas.

O segundo exemplo ilustra muito bem a tensão que marca as relações de gênero dentro da Z-32 e o contexto da pesca de pirarucus. O fato ocorreu durante a discussão de normas de condutas dos pescadores/as ao longo do ano nas ações relacionadas à pesca, no item que discutia as penalidades para aqueles/as que fossem flagrados capturando peixes de forma individual e fora da época autorizada. A norma existente previa que se um pescador fosse flagrado “roubando”, palavra utilizada pelas mulheres, peixe em algum lago do sistema de manejo eles seriam punidos juntamente com suas respectivas esposas, com a perda de toda a cota de pirarucu a que teriam direito. As mulheres discordaram veementemente desta regra e se mobilizaram para alterá-la, de modo que não fossem penalizadas pelos erros de seus maridos.

O terceiro exemplo é um fato que ocorreu por ocasião da realização da primeira pesca manejada de pirarucu. A então diretoria da Colônia havia decidido que as mulheres receberiam apenas um peixe, enquanto os homens receberiam uma quota maior. Na ocasião elas protestaram e, após muita discussão e argumentação, os demais sócios da Colônia decidiram que elas receberiam dois peixes, e os homens receberiam quatro peixes. Elas consideraram tal proposta uma injustiça, uma vez que elas pagam a mensalidade como sócias, participavam de várias atividades ligadas ao projeto de manejo, como a pesca de outras espécies, como o tambaqui, trabalhando ao lado dos maridos durante a noite, ajudando-os a retirar o peixe da malhadeira, remando, atando a malhadeira, fazendo comida, ou lavando a roupa dos homens. Trata-se de um conjunto de atividades que tornam possível a realização da pesca manejada, mas que tendem a ser consideradas como menos importantes do que as atividades nas quais há predomínio da presença dos homens.

Os exemplos apresentados acima mostram como as reivindicações iniciais, que expressavam o interesse de um pequeno grupo de mulheres que reivindicavam sua maior inserção no projeto de manejo de pirarucu, aos poucos, conduziram para uma ação comunitária, para a participação política e a busca de melhorias nas ações administrativas da Colônia Z-32. As mulheres do GMA passaram a defender os interesses da coletividade como um todo, num processo de “construção de uma ideia de

direitos, pelo conhecimento dos direitos de um grupo, pela tomada em consideração das experiências coletivas que estão na origem dos grupos” (Souza-Lobo 1991 p. 265).

À medida que se organizam e participam da vida política da Colônia, elas se conscientizam de sua condição de gênero, das relações de poder e de dominação promovidas por seus parceiros. Nas assembleias elas passaram a analisar as propostas e a buscar esclarecimento na hora de votar, deixando de, apenas, seguir a posição de seus companheiros. No contexto do projeto de manejo de pirarucu, as mulheres conseguiram equidade na participação das várias atividades, especialmente no que diz respeito à divisão dos ganhos, através de um sistema de cotas de peixes. Trata-se de um processo de subjetivação, de afirmação de uma agência para desconstruir um campo de poder que estava estabelecido. Assim, ao contestar seus companheiros e reivindicar seus direitos, quando esta parceria era legitimada no sentido de prejudicá-las, elas passaram a ter visibilidade e a serem respeitadas.

Suas ações deram visibilidade às necessidades do conjunto dos pescadores da Z-32, e extrapolam o espaço de uma identidade específica, de pescadora, para uma identidade comunal como propõe Ramalho (2012), ao se organizarem para discutir problemas relacionados à gestão da Colônia Z-32, e buscar soluções. Ao fazer isso, elas canalizaram as insatisfações de outros sócios, dentre eles seus esposos, e passam a atuar de forma destacada num processo que mudou o cenário político da entidade a partir de 2009. A mobilização das pescadoras possibilitou a construção de um espaço de atuação política por meio da participação nas assembleias gerais, nas reuniões da diretoria, e nas reuniões para discutir o projeto de manejo, além de articularem conversas informais com vários sócios. Trata-se de um trabalho de tessitura de uma ampla rede de apoio à proposta que estava sendo desenhada a partir das críticas relacionadas à maneira como a gestão da Z-32 estava sendo realizada. Sua atuação nos processos eleitorais para a escolha de três diretorias, entre os anos de 2009 a 2013 foi decisiva, e na eleição que ocorreu em 2012, pela primeira vez, uma das sócias do GMA se lançou como candidata (Palheta 2015).

A atuação política das mulheres do GMA ocorreu também fora dessa instituição, e sinaliza para a formação de um capital político por parte das lideranças que lhes permite atuar num campo político, e partidário, como estratégia para ter acesso a algumas melhorias para a Colônia Z-32. O grupo desenvolveu estratégias e articulou uma rede de apoio político que extrapolou as fronteiras da Z-32, ao estabelecerem alianças estratégicas com o governo municipal seja na forma de apoio político ou de

acesso a bens materiais. Desenvolveu ações visando a construção de uma nova sede em um terreno adquirido pela Z-32 junto a prefeitura, com um espaço maior para abrigar os eventos da Colônia (Alencar e Sousa 2012), e a aquisição de uma embarcação para ser usada na pesca manejada de pirarucu e tambaqui, ou de materiais para a construção de uma nova sede da instituição.

Nesse processo, elas ocuparam outros espaços de poder, quando atuaram na mediação entre a Colônia e o governo do estado em 2012 ao mobilizar a comunidade de Maraã liderando uma manifestação para protestar contra o atraso no pagamento do pescado que fora vendido para a Secretaria de Produção (SEPROR). E para reivindicar do governo do estado do Amazonas uma política mais comprometida com os interesses dos pescadores. Com essas estratégias o GMA conseguiu dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos sócios da Colônia Z-32 e conquistar um espaço mais amplo para a discussão desses problemas, e buscar o apoio da população da cidade de Maraã para a causa dos pescadores e pescadoras da Z-32.

Conclusões

A pesca artesanal é uma atividade que consiste em estabelecer parcerias, em promover reciprocidades e colaborações entre homens e mulheres, e que ocorre em diferentes espaços e tempos. Portanto, é preciso repensar os modelos de divisão sexual do trabalho e a distribuição do poder, assim como, as diversas formas de presença das mulheres na pesca que, em vários contextos, não é discreta e nem de apoio. Não existe uma homogeneidade no que diz respeito ao trabalho e participação das mulheres na pesca, assim como não há uma única temporalidade, como propõem os novos decretos.

No contexto da Colônia Z-32, no âmbito da pesca manejada de pirarucus, as mulheres enfrentaram inúmeras dificuldades para atuar no projeto de manejo de pirarucu. A criação do GMA marca o início do processo de subjetivação dessas mulheres, e a afirmação da identidade de pescadoras. Ao construir um lugar de fala, elas conseguiram se posicionar e participar das decisões, negociar e questionar as estruturas de poder dentro da Colônia, e reivindicar melhores condições de trabalho e participação nas atividades de manejo de pirarucu. Assim, esse processo de organização das mulheres deve ser analisado a partir de uma leitura crítica das lógicas de diferenciação hierárquicas de gênero que ocorrem no contexto da pesca de uma espécie que precisa de um plano de manejo aprovado pelos órgãos de licenciamento, e também da Colônia Z-32, enquanto uma instituição que tradicionalmente é marcada por relações de

dominação. Uma análise cuidadosa da atuação do GMA e de outras mulheres associadas à Z-32 e que tem agência fora deste grupo, permitirá compreender as relações de gênero que se estabelecem a partir desse processo de subjetivação, e as implicações sociais, políticas e econômicas que ele acarreta para essas mulheres e para o coletivo que forma a Z-32 como um todo.

A criação do GMA surge como uma forma de garantir a participação das mulheres no manejo do pirarucu, e reivindicar seus direitos de acesso e uso dos recursos pesqueiros, que permitiu partilhar interesses comuns, estabelecer um projeto de identidade, e atribuir significados às suas ações que, antes, não eram possíveis articular. A construção de um local de fala, de enunciação, de um foro de articulação das diferentes vozes permitiu às mulheres insurgentes estabelecer um processo de construção de identidade e de atribuição de significados às suas ações. Elas evidenciaram a existência de relações de poder desiguais entre homens e mulheres no contexto da Colônia Z-32 e perante o poder público, o Estado, que as tornam mais vulneráveis no que diz respeito às legislações que regulamentam a pesca e o acesso a políticas públicas. As pescadoras ao questionarem o modo como lideranças masculinas conduzem a gestão desta entidade, construíram uma agência que lhes permitiu avançar na elaboração de uma agenda própria que incluiu o questionamento das estruturas de poder e as relações de gênero no contexto dessa instituição, e na cadeia produtiva da pesca.

Ao questionar maior inserção no processo produtivo da pesca elas também reivindicam maior equidade de gênero nos espaços de tomada de decisão política como as entidades de representação da categoria dos pescadore(a)s. Com isso elas contribuíram para a criação de políticas públicas que atendem às necessidades desse segmento social. Contudo, elas ainda encontram alguns obstáculos socioculturais que limitam uma maior participação nas esferas de tomada de decisão. Contudo, é preciso lutar pelo seu reconhecimento como pescadora profissional, condição para que tenham acesso aos direitos e às políticas públicas de seguridade e previdência, pois ainda encontram resistência para ter seu trabalho reconhecido e valorizado tanto pelos homens que atuam nessa mesma atividade, às vezes lado a lado, quanto pelas lideranças que estão à frente das entidades de representação da categoria, como as Colônias, Sindicatos, Associações e Federações de Pescadores Artesanais e também pelas políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro.

Apesar dos avanços, a invisibilidade das mulheres no espaço da produção pesqueira ainda pode ser constatada pela fraca presença nas instituições que representam a categoria, seja atuando como presidentes de colônias, de sindicatos ou de associações de pescadores. A falta informações sobre a participação política e formas de ocupação de cargos de representação no contexto dessas instituições contribui para reforçar sua invisibilidade como sujeito político, e enfatizar a presença hegemônica, e também o poder dos homens nesses espaços. Essa invisibilidade se torna mais grave quando se trata das políticas públicas, uma vez que os elaboradores dessas políticas entendem que as mulheres não desempenham um papel relevante no processo produtivo da pesca. Como exemplo citou-se o Decreto 8524/2015, que considera as mulheres como ajudantes de pesca, retirando-lhes direitos que haviam sido conquistados. Logo, por não serem reconhecidas pelo Estado como trabalhadoras, elas continuam a desenvolver quotidianamente as atividades em situações de riscos, e em condições de trabalho que não estão sujeitas à fiscalização do Estado. Essa invisibilidade lhes impede também de acessar os programas sociais e previdenciários, na condição de segurado especial, tais como a aposentadoria, o seguro saúde, a licença maternidade, o seguro de acidente de trabalho e a aposentadoria e o Seguro Defeso do Pescador Artesanal (SDPA).

As pescadoras da Colônia Z-32 constroem sua identidade ao questionarem o lugar e a forma como elas estavam participando da pesca manejada, reivindicando mais equidade no trabalho e na repartição dos ganhos. Mas à medida que o grupo se sentiu com forças para atuar nesse campo de poder, conseguiu ampliar a pauta de reivindicações e discutir os problemas relacionados à gestão da instituição e dar visibilidade à problemática das relações de gênero no contexto da Colônia Z-32, especialmente do projeto de manejo de pirarucus. Ao sair da esfera do individual e buscar construir articulações com outros indivíduos, elas passam a partilhar de interesses comuns, e têm mais força para questionar as estruturas de dominação, para denunciar os problemas vivenciados por sua categoria e para propor soluções.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS-M/OS/MCT) pelo apoio financeiro e logístico à realização das pesquisas que forneceram as informações aqui

apresentadas; às mulheres do GMA e às lideranças da Z-32 de Maraã; ao CNPq (Processo: 471026/2014-0) pelo suporte financeiro.

REFERENCIAS

ALENCAR, Edna F. **Questões de Gênero em Projetos de Manejo de Recursos Pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.** In: LEITÃO, M^a. do R. F. (Org.) Pesca Turismo e meio ambiente. 1ed. Recife: EDUFRPE, 2014, p. 123-143.

_____. **Por que um movimento de mulheres pescadoras?** Notas sobre processo de organização das trabalhadoras na pesca. In: Um Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão. 1 ed. Manaus: EDUA, 2011, v.1, p. 447-466.

_____. **Trabalho feminino e participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida.** In: FURTADO, L. G. (Org.). Amazônia, Desenvolvimento, Sociodiversidade e Qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997. pp.102-130.

_____. **Entre o Rio e o Lago:** conflito social e etnografia da pesca na várzea do Médio Amazonas, Pará. In: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Ano IV, 2000- Brasília: Instituto de Ciências, 2000

_____. **Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras** In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; DE MELLO, A. F. (Org.). Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.

ALENCAR, C.A.G.; MAIA, L.P. (2011) – **Perfil Socioeconômico dos Pescadores Brasileiros.** Arquivos de Ciências do Mar (ISSN 0374-5686), 44(3):12-19, Labomar – Instituto de Ciências do Mar, Fortaleza, CE, Brasil. Disponível on-line em http://www.inct-tmcocean.com.br/pdfs/Produtos/Artigos_periodicos/178_Perfil-econômico-do-CE.pdf

ALENCAR, Edna F.; SOUSA, I. S. **Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, Am.** Relatório Técnico. Projeto de Pesquisa. Tefé, 2012.

ALVARES, M. L. M. **Pensando gênero e ciências nos núcleos e grupos de estudos de universidades e instituições.** In: Maria Angélica Motta Maués; Maria Luzia Miranda Alvares; Eunice Ferreira (Org). Mulheres Amazônidas: imagens, cenários e historias. Belém: Edufpa. 2011

AMARAL, E.; SOUSA, I. GONÇALVES, A. C.; BRAGA, R.; FERRAZ, R.; CARVALHO, G.. Manejo de pirarucus (*Arapaima gigas*) em lagos de várzea de uso exclusivo de pescadores urbanos: baseado na experiência do Instituto Mamirauá junto a Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã na cogestão do complexo do Lago Preto, RDS

Mamirauá-RDSM Tefé: IDSM. 76 p. (Série Protocolos de manejo dos recursos naturais, 1). 2011.

AMARAL, E. S. R. O Manejo comunitário de pirarucu (*Arapaima gigas*) como alternativa econômica para os pescadores das RDS's Amanã e Mamirauá, Amazonas, Brasil. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – NUMA, Universidade Federal do Pará, Belém. 2009.

BARTH, Frederik. “**Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos**” In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BONETTI, A. de L. **Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação.** Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFSC. 2013.

BRIONES, Claudia. **Teorías performativas de la identidad y performatividad de las teorías.** Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.6: 55-83, enero-junio 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** São Paulo. Paz e Terra. 1997.

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Cortez. 2ª Edição Revista e Ampliada. 2005.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade.** In: Revista Estudos Feministas vol. 11, núm. 2, julho-dezembro, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2003. pp. 423-443

DIOGENES, Antônia Mara Raposo. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM.** Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2014. 137 p.

ESTERCI, Neide. **Conflitos Ambientais e Processos classificatórios na Amazônia Brasileira.** Boletim Rede Amazônia. Ano 1. Nº 1, 2002- Rio de Janeiro: 2002

FARAH, M. F. **Gênero e Políticas públicas.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004

FOX, Verónica P., e CALLOU, Angelo Bras F. **estratégias de comunicação do movimento nacional dos pescadores do Brasil (MONAPE).** Razón y Palabra. Número 84 Septiembre - Noviembre 2013. Mexico.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais.** In: GOHN, M. da G. (Org.). Petrópolis: Vozes. 2003.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Loyola. 2004.

KLEBA, Maria Elizabeth. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

KOFES, Suely. **Categorias Analítica e Empírica**: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Belo Horizonte, Abril de 1992.

LEACH, Edmund. **A Diversidade da Antropologia**. Lisboa. Edições 70. Tradução de Social Anthropology (por Marília Costa Fontes). 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **‘Introdução - A Obra de Marcel Mauss’** [1947]. In: MAUSS, Marcel, Sociologia e Antropologia, São Paulo: Edusp, 1974. pp.1-36.

LISBOA, Teresa Kleba & LUSA, Mailiz Garibotti. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba**: Mulheres protagonistas no meio rural. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 871-887; setembro-dezembro/2010.

MACHADO, Lia Z. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, UNB, Departamento de Antropologia. Série Antropológicas No 284. 2000.

MACHADO, Lia Z. **Gênero, um novo paradigma?** Campinas, SP, Cadernos Pagu (11) 1998: pp.107-125.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental** São Paulo: Abril Cultural, 1984. O poder das palavras na magia_ Alguns dados linguísticos (p.309-344).

MANESCHY, M. C.; ALENCAR, E. F. e NASCIMENTO, M. I. A. **Pescadoras em busca de cidadania**. In: ÁLVARES, M. L. M.; D’INCAO, M. A. (Org.). A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/MPEG, 1995. p. 81-96.

MANESCHY, M. C: **Da Casa ao Mar**: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável, in: Proposta nº 84/85 Março/Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.portaldomar.org.br/blog/portaldomar-bd/categoria/mulheres/da-casa-ao-mar-papeis-das-mulheres-na-construcao-da-pesca-responsavel-maria-cristina-maneschy.16.1.2015>.

MANESCHY, M. et tal: **Pescadoras**: Subordinação de Gênero e empoderamento. Revistas de estudos feministas. Florianópolis 2012.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Pesca de homem/peixe de mulher (?)**: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, vol. 3, nº 2, 1999, pp. 377-399.

_____. **Trabalhadeiras e camaradas**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.

QUEIROZ, H.L & SARDINHA, A.D. **A preservação e uso sustentado dos pirarucus (Arapaima gigas, Osteoglossidae) em Mamirauá.** In: QUEIROZ, H.L. e CRAMPTON, W.G.R. Estratégias para manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá. Sociedade Civil Mamirauá. MCTCNPq. p.108-145

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto: **Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro:** expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza v. 43, n. 1, p. 07-141, jan./jun., 2012

ROSALDO, Michelle. **A Mulher, a Cultura e a Sociedade:** Uma Revisão Teórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOCOTT, Joan. **Gênero:** Uma categoria útil para Análise histórica. 1995. Disponível em: <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>. Visitado em: 10.05.2015.

SOARES, Moreira Sara; SCHERER, Elenise. **Pescadoras mesmos:** seguro defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas. In: SCHERER, Elenise. (org). Trabalhadores e Trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento. Rio de Janeiro. 2013.

SEGATO, Rita Laura.: **Os percursos de Gênero na Antropologia e para além dela.** Serie antropologia nº 236. Brasília. 1998.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dadiva:** problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia- Campinas-SP. Editora da Unicamp. 2006.

SEAP/PR, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Memória do I Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura: Rumo à superação das desigualdades sociais. Brasil, 2004.

SEAP/PR, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, A mulher invisível: sobre o papel da mulher na pesca artesanalOPAR/DIDEP/SUDAP/SEAP/PR Brasília, 2005.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Por uma articulação ambientalmente sustentável:** práticas e representações da educação ambiental na articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: Gênero e Trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2012.